

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Mauricio Dinepi

Educação é muito mais

A greve dos professores da rede oficial de ensino do GDF, que completa a sua terceira semana, atingiu aquele ponto em que, apesar dos radicalismos, há uma possibilidade real de acordo diante do quadro geral do movimento. O governo local já chegou ao máximo de suas possibilidades de aumento salarial, limitadas pela nova Constituição, que não permite a uma unidade federada gastar mais de 65 por cento de sua receita com o funcionalismo. Esse impedimento constitucional deveria ser levado em conta pelos professores, tendo em vista que os percentuais até agora oferecidos pelo GDF perfazem, na soma, 56 por cento.

Acresce, ainda, que, embora a motivação salarial seja sempre a primeira de qualquer ação grevista, ela não é a única. Num pauta de 61 reivindicações totais dos professores, certamente, haverá muitos pontos de convergência entre a administração pública e o magistério, que podem ser aprovados por ambas as partes.

Acima de tudo, uma greve como a da rede oficial de ensino não pode ser igualada a outros movimentos do gênero, por mais nobres e justos que sejam, pois afeta milhares de alunos na flor da idade, imensamente carentes de educação. Se a educação é o verdadeiro problema nacional número um, deve merecer de todos — GDF, professorado e comunidade — atenção e carinho aci-

ma da média exigida por outros setores das atividades sociais.

Brasília tem o dever de proporcionar ao universo de sua educação — corpos docente e discente — um modelo avançado, estável e eficiente de ensino, à altura do pioneirismo cultural que a cidade representa. Nesse sentido, é preciso reconhecer que a Fundação Educacional do DF foi uma verdadeira revolução na educação brasileira quando criada, há três décadas, para implantar a infra-estrutura do ensino do novo Distrito Federal.

É o caso de se perguntar, com sinceridade: trinta anos depois, a mesma Fundação continua na vanguarda do modelo educacional brasileiro? Ou carece de aperfeiçoamentos que, longe de a desfigurarem, possam representá-la justamente o seu fortalecimento e seu progresso? Tais questões devem ser tratadas com honestidade e boa-fé, tanto da parte do professorado, quanto dos alunos e da autoridade pública do DF.

Se esses aspectos são apontados agora, isso se deve apenas ao fato, universalmente reconhecido, de que a educação pública, assim como a particular, não se limita a questões financeiras das partes envolvidas. As perspectivas são muito mais amplas. Os milhares de alunos sem aulas há três semanas testemunham um triste fenômeno e aguardam pelo retorno rápido à normalidade do ensino.